



PREVIDÊNCIA

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO S

2º Simulado Especial

INSS

Pré-edital

Simulado

2º Simulado Especial INSS

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **INSS**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h** às **13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/TUMfqRbWRtjk8Dsz9>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/iR65>

PORTUGUÊS*Felipe Luccas***TEXTO I**

Nos Estados Unidos, todos os trabalhadores da iniciativa privada são cobertos pela previdência social, gerida pelo governo federal, além de parte dos servidores públicos de alguns estados e municípios que, no passado, decidiram se associar ao sistema federal. Os entes que estão de fora da previdência federal têm fundos próprios de pensão, e a maioria enfrenta problemas de financiamento inferior ao necessário para custear os benefícios.

Em alguns estados, os professores têm fundos de pensão separado dos demais servidores, mas com regras parecidas para aquisição de benefícios.

O valor da aposentadoria é calculado por uma fórmula que leva em consideração as contribuições feitas pelo trabalhador e a renda média durante os 35 anos em que ele recebeu os salários mais altos. A maioria dos americanos, tanto funcionários públicos quanto os da iniciativa privada, se aposenta aos 65 anos.

Para obter benefícios adicionais ao da aposentadoria pública, os trabalhadores devem contribuir para um plano de pensão complementar – os chamados 401(k) -, ou formar poupanças individuais. Atualmente, 2/3 dos americanos acima dos 65 anos de idade dependem basicamente das pensões pagas pelo sistema público.

<https://www.funprespiud.com.br/a-previdencia-pelo-mundo/>

Considerando as ideias veiculadas no texto apresentado e seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

01. Nos Estados Unidos, a previdência social cobre todos os trabalhadores da iniciativa privada e parte dos servidores públicos de alguns estados e municípios.

02. Infere-se do texto que todos os entes que não fazem parte da previdência social federal têm fundos de pensão financiados adequadamente.

03. Em alguns estados, os professores têm fundos de pensão diferentes dos demais servidores, com as mesmas regras de aquisição de benefícios.

04. A fórmula de cálculo da aposentadoria nos Estados Unidos considera as contribuições do trabalhador e a média salarial dos trinta e cinco anos de maior rendimento.

05. Cerca de dois terços dos americanos com mais de 65 anos dependem basicamente das pensões públicas para seu sustento.

06. A vírgula após “pensão”, no último período do primeiro parágrafo, poderia ser suprimida sem prejuízo à correção gramatical.

07. A forma verbal “enfrenta”, no primeiro parágrafo, poderia ser flexionada no plural – enfrentam –, tendo em vista que o sujeito é a expressão partitiva “a maioria”.

08. A forma verbal “estão”, em “Os entes que estão de fora”, concorda com seu sujeito sintático, “entes”.

09. A forma verbal “estão”, em “Os entes que estão de fora”, concorda com seu sujeito sintático, “entes”.

10. No último período do texto, a preposição “Para” introduz oração com sentido de causalidade.

TEXTO II

O envelhecimento populacional está prestes a tornar-se numa das transformações sociais mais significativas do século XXI, com implicações transversais a todos os setores da sociedade – no mercado laboral e financeiro; na procura de bens e serviços como a habitação, nos transportes e na proteção social; e nas estruturas familiares e laços intergeracionais.

Estima-se que o número de idosos, com 60 anos ou mais, duplique até 2050 e mais do que triplique até 2100, passando de 962 milhões em 2017 para 2,1 mil milhões em 2050 e 3,1 mil milhões em 2100.

Em todo o mundo, a população com 60 anos ou mais está a crescer mais rapidamente do que todos os grupos etários mais jovens. A população com mais de 60 anos está a crescer a uma taxa de cerca de 3% ao ano. Em 2017 estimava-se que, em todo o mundo, 962 milhões de pessoas tinham 60 anos ou mais – representando 13% da população global.

Atualmente, a Europa tem a maior percentagem da população com 60 anos ou mais (25%).

O envelhecimento rápido também ocorrerá noutras partes do mundo e até 2050 todas as regiões do mundo, exceto África, terão quase um quarto ou mais das respetivas populações com mais de 60 anos.

Globalmente, o número de pessoas com 80 anos ou mais deverá triplicar até 2050 passando de 137 milhões, em 2017, para 425 milhões em 2050.

As pessoas mais velhas são cada vez mais vistas como contribuintes para o desenvolvimento, cujas competências devem estar interligadas com políticas e programas transversais. Não obstante, nas próximas décadas, muitos países irão enfrentar pressões fiscais e políticas na esfera dos sistemas públicos de saúde, providência e proteção social para a população com a faixa etária mais avançada.

<https://unric.org/pt/envelhecimento/>

Considerando os sentidos e estruturas do texto, julgue os itens a seguir.

11. De acordo com o texto, o envelhecimento da população mundial é irreversível e terá como consequência fatal a vulnerabilidade econômica dos idosos.

12. Segundo o quarto parágrafo, a Europa é o país com maior percentagem de idosos no mundo.

13. No último período do texto, a substituição de “No entanto” por “Não obstante” manteria a correção gramatical e os sentidos do texto.

14. No último período do texto, o vocábulo “mais” intensifica o sentido do adjetivo “velhas”.

15. Os vocábulos “públicos”, “etária” e “saúde” são acentuadas por regras gramaticais diferentes.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Eduardo Mocellin

Julgue os itens **16 a 20** relativos à lógica proposicional.

16. A sentença “O questionamento ‘Qual é o motivo da solicitação de aposentadoria por invalidez?’ deve ser realizado pelos Técnicos do Seguro Social que fazem atendimento ao público” é uma proposição lógica simples.

17. “O Técnico do Seguro Social não age em desacordo com a lei” é uma maneira correta de se negar a proposição “O Técnico do Seguro Social age de acordo com a lei”.

18. Caso a proposição “O segurado faltou com a verdade” seja falsa, a proposição “O benefício não foi concedido porque o segurado faltou com a verdade” poderá ser falsa.

19. O número de linhas da tabela verdade da proposição composta “O Perito Médico foi diligente e o segurado faltou com a verdade, logo o benefício não foi concedido e o segurado faltou com a verdade” é superior a 10.

20. Sendo P, Q e R proposições simples, a proposição composta $[(P \vee Q) \wedge R] \Rightarrow [((\sim P) \wedge (\sim Q)) \vee R]$ é uma tautologia.

Com relação a operações com conjuntos e porcentagem, julgue os itens 21 e 22 a seguir.

21. Dados os conjuntos A, B e C, com $A \cap C \neq \emptyset$ e $B = \underline{C}$, o conjunto $(A \cap B) \cup (A \cap C)$ é igual ao conjunto A.

22. Em uma repartição do INSS, foram analisados 56% dos processos de aposentadoria de um lote. Se tivessem sido analisados mais 24 processos, a taxa percentual de processos analisados desse lote subiria para 62%. Nesse caso, a quantidade de processos desse lote é inferior a 370.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Antônio Daud

Tomando por base o Decreto 1.171/1994, analise as assertivas abaixo.

23. O servidor público deve evitar qualquer ação que possa prejudicar a imagem do serviço público, ainda que o prejuízo causado seja de ordem exclusivamente privada.

24. O servidor público deve buscar a eficiência no desempenho de suas funções, mas a legalidade e a moralidade podem ser flexibilizadas em situações excepcionais para atender ao interesse público.

25. O servidor público pode utilizar recursos públicos para fins particulares, desde que com autorização prévia da chefia imediata.

26. Exige-se que o servidor público mantenha discrição em sua vida privada, pois sua conduta fora do ambiente de trabalho pode influenciar na imagem da função pública que exerce.

27. Um dos princípios éticos é o dever do servidor público de agir com cortesia e respeito, inclusive com os cidadãos que não concordam com as políticas adotadas pela Administração Pública.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Bet

28. A imperatividade é um atributo presente em todos os atos administrativos, independentemente de seu conteúdo, permitindo que a Administração Pública imponha obrigações a terceiros, sem a necessidade de concordância.

29. Entre os elementos dos atos administrativos, o motivo refere-se à situação de fato e de direito que autoriza a prática do ato, enquanto o objeto é o próprio efeito jurídico produzido pelo ato.

30. O poder hierárquico permite à Administração Pública fiscalizar os atos de seus subordinados e aplicar sanções aos particulares que mantêm vínculo jurídico específico com a Administração.

31. Na organização administrativa, a descentralização implica a criação de novas pessoas jurídicas, enquanto a desconcentração refere-se à distribuição interna de competências dentro da mesma pessoa jurídica.

32. O controle interno é exercido no âmbito do próprio Poder que pratica o ato, enquanto o controle externo é realizado por um Poder diferente daquele que praticou o ato, como no caso do controle do Legislativo sobre o Executivo.

33. Tanto os agentes honoríficos quanto os agentes credenciados atuam sem vínculo empregatício com a Administração Pública, sendo ambos remunerados por suas funções, já que representam o Estado em atividades de interesse público.

34. Julgue o item a seguir quanto à legalidade da conduta adotada pela Administração Pública:

Ana, servidora pública federal, recebeu uma gratificação por desempenho com base em um ato administrativo. Dois anos depois, a Administração verificou que houve um erro no cálculo dessa gratificação, o que a tornou ilegal. Diante disso, a Administração anulou o ato e cessou o pagamento da gratificação, garantindo a Ana o direito ao contraditório e à ampla defesa.

35. Durante uma perseguição policial, um veículo oficial colidiu com o carro de Lucas, que estava corretamente estacionado em uma via pública. Embora o policial tenha agido no estrito cumprimento do dever legal e sem qualquer imprudência, Lucas teve seu veículo danificado. Nesse caso, o Estado deve responder objetivamente pelos danos causados ao veículo de Lucas, independentemente da conduta culposa ou dolosa do agente.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

36. João, cidadão e engenheiro civil, possui uma propriedade que, nos termos da lei, cumpre sua função social. Nesse caso, segundo o STF, tal situação impede que o Estado efetue a desapropriação da referida propriedade, ainda que por necessidade pública.

37. Dado o princípio da publicidade, os atos processuais devem ser públicos, não podendo haver restrições.

38. Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

39. São direitos dos trabalhadores, urbanos e rurais, o seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregado, sem excluir a indenização a ser paga pelo empregador, quando incorrer em dolo ou culpa.

40. A empresa Alfa conta atualmente com 350 funcionários, dessa forma, a CF assegura aos trabalhadores dessa empresa o direito de eleger um representante com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com o empregador.

41. Aos portugueses com residência permanente no País há mais de 15 anos, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição.

42. São requisitos de elegibilidade previstos para o cargo de juiz de paz: a nacionalidade brasileira; o domicílio eleitoral; idade mínima de vinte e um anos, não se aplicando a exigência de filiação partidária.

43. Situação hipotética: Solange é brasileira, tem 64 anos e deseja se candidatar ao cargo de Deputada Federal. Amélia é brasileira, tem 27 anos e deseja se candidatar ao cargo de Governadora. Diogo é brasileiro, tem 35 anos, é analfabeto e deseja se candidatar ao cargo de Deputado Estadual.

Assertiva: Considerando que estão presentes os demais requisitos de elegibilidade, de acordo com a Constituição Federal, Solange pode se candidatar ao cargo que pretende; Amélia não possui a idade mínima para se candidatar ao cargo de Governadora e Diogo não pode nem votar nem se candidatar por ser analfabeto.

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

44. No Explorador de Arquivos do Windows, ao clicar com o botão direito do mouse sobre um item, aparece o menu Propriedades, nele é possível verificar várias características do mesmo. Caso o usuário tenha selecionado um arquivo e pressionado esse menu, não é possível alterar o tipo do arquivo de forma válida.

45. O Assistente de Foco é uma funcionalidade do Windows 10 muito utilizada para melhorar os recursos de acessibilidade com os usuários portadores de deficiência visual.

46. No Word, o recurso de tachar o texto se encontra na guia "Página Inicial", na área "Fonte" e permite riscar o texto traçando uma linha no meio dele.

47. No Excel existe a possibilidade de integração com outras bases de dados inclusive permitindo a importação e exportação de arquivos de dados em formatos como o csv.

48. Um dos objetivos da Segurança da Informação é a confidencialidade que garante que só terá acesso útil aos dados quem deve ter.

49. O protocolo RARP é o responsável pela conversão de endereços físicos para endereços lógicos em uma rede TCP/IP.

50. A intranet é o tipo de rede corporativa que oferece acesso irrestrito aos funcionários de uma empresa e pode ser acessada de outros local físico que não seja a instalação da empresa.

LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Adriana Menezes

51. A Lei Eloy Chaves, de 1923, foi um marco na legislação previdenciária no Brasil e criou a caixa de aposentadorias e pensão para os ferroviários.

52. O princípio da precedência do custeio ou da contrapartida preceitua que os benefícios e serviços da seguridade social somente poderão ser criados, majorados ou estendidos com a correspondente fonte de custeio total, salvo os serviços e as ações públicos de saúde que deverão ser prestados independentemente de contribuição.

53. O serviço público deve-se orientar na estruturação da seguridade social pelos seguintes objetivos, entre outros: unicidade da base de financiamento e equidade na forma de participação no custeio.

54. É vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios, ressalvada, nos termos de lei complementar, a possibilidade de previsão de idade e tempo de contribuição distintos da regra geral para concessão de aposentadoria exclusivamente em favor dos segurados com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar ou cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde ou à integridade física, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação.

55. Independentemente do benefício pretendido, aplica-se o princípio *tempus regit actum*: a lei do tempo em que se preencheram todos os requisitos para a concessão do benefício pretendido pelo segurado.

56. Considerando as disposições da legislação previdenciária e o entendimento dos Tribunais Superiores, julgue o item subsequente.

Mário é servidor público federal aposentado e síndico do condomínio onde reside, mas não recebe remuneração pelo exercício dessa atividade. Na última assembleia de condomínio, Mário passou a ter isenção da taxa condominial, em razão do exercício do encargo de síndico.

Nessa situação, pode-se afirmar que Mário não poderá ser enquadrado como segurado obrigatório do RGPS porque ele exerce a atividade de síndico sem remuneração. E não poderá, também, se filiar como segurado facultativo porque já é segurado de RPPS.

57. O exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal será segurado obrigatório do regime geral de previdência social (RGPS), ainda que esteja vinculado a regime próprio de previdência social (RPPS).

58. O maior de dezesseis anos de idade que não esteja exercendo atividade remunerada e se dedica exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência poderá se filiar como segurado facultativo no RGPS.

59. Mário possui um sítio de, aproximadamente, 2,5 módulos fiscais na região metropolitana de Recife, onde planta verduras e legumes e vende.

Mário não conta com a ajuda de empregados, nem dos filhos e vende toda a sua produção de porta em porta na cidade onde mora.

Mesmo trabalhando de sol a sol na lavoura, resolveu se candidatar a vereador do município onde reside e desenvolve suas atividades de agricultor.

Mário foi eleito e vai exercer o mandato a partir do início do próximo ano.

Nesse caso, pode-se afirmar que Mário é segurado especial relativamente à atividade de produtor rural e não perderá a qualidade de segurado especial por exercer o mandato de vereador.

60. Mário, segurado facultativo do RGPS, havia recolhido 08 contribuições mensais quando, devido a problemas financeiros, teve que deixar de recolher novas contribuições durante 10 meses. Após se restabelecer financeiramente, Mário voltou a contribuir, mas, após 03 meses de contribuição, ele foi acometido por uma doença que o incapacitou para o exercício de suas atividades habituais por 60 dias. Nessa situação, pode-se afirmar que Mário terá direito de receber auxílio por incapacidade temporária porque readquiriu a qualidade de segurado após o recolhimento de um quarto do número de contribuições exigidas para o gozo do auxílio por incapacidade temporária.

- 61.** Para que o companheiro de segurado do mesmo sexo integre o rol de dependentes, de modo que faça jus aos mesmos direitos que os casais heterossexuais no que diz respeito ao recebimento de pensão por morte, é indispensável que se comprove, além da vida em comum, a dependência econômica.
- 62.** Considerando a legislação previdenciária e a jurisprudência dominante, o fato de o filho estar cursando ensino superior não mantém sua condição de dependente do RGPS, quando maior de 21 anos.
- 63.** Os benefícios de salário-família, salário-maternidade, auxílio-reclusão e auxílio-acidente prescindem de carência.
- 64.** É possível a concessão de pensão por morte à pessoa que manteve, durante longo período e com aparência familiar, união com outra casada, já que o concubinato se equipara, para fins de proteção estatal do núcleo familiar, às uniões afetivas resultantes do casamento e da união estável.
- 65.** Fernando é professor da rede privada de ensino. Ministra aulas de matemática para o ensino médio e superior. Para que Fernando tenha direito à aposentadoria programada, garantida pela legislação previdenciária, é necessário que ele comprove, 25 anos de contribuição no exercício efetivo do magistério, 60 anos de idade e cumpra a carência mínima de 180 contribuições mensais.
- 66.** O segurado em gozo de auxílio por incapacidade temporária, auxílio-acidente ou aposentadoria por incapacidade permanente e o pensionista inválido, cujos benefícios tenham sido concedidos judicial ou administrativamente, estão obrigados, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico a cargo da Previdência Social para avaliação das condições que ensejaram sua concessão ou manutenção.
- 67.** O garimpeiro que trabalhar, comprovadamente, em regime de economia familiar, poderá se aposentar por idade, aos 60 anos, se homem, e aos 55 anos, se mulher, cumprida a carência mínima de 180 contribuições mensais.
- 68.** Lurdes, que nunca havia contribuído para o RGPS, foi contratada como empregada doméstica pela família Oliveira. No quinto dia de trabalho, ao conduzir sua bicicleta rumo ao seu emprego, Lurdes foi atropelada por uma motocicleta, o que a deixou absolutamente incapacitada e insuscetível de recuperação para exercer atividade que lhe garantisse a subsistência. Nessa situação, Lurdes não terá direito à aposentadoria por incapacidade permanente concedida pelo RGPS, por não ter cumprido o tempo mínimo de carência.
- 69.** Considerando a questão anterior, caso Lurdes seja aposentada por incapacidade permanente e, mais tarde, necessite da assistência permanente de outra pessoa terá direito ao acréscimo de 30% no valor do seu benefício, podendo o valor total recebido ultrapassar o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.

70. Lúcia, empregada doméstica há 05 meses na casa de Cláudia, sofreu um corte profundo em sua mão direita, quando manuseava a faca de cortar carne. Após intervenção cirúrgica, ficou afastada do trabalho por dois meses até sua completa recuperação. Pode-se afirmar que Lúcia terá direito de receber auxílio por incapacidade temporária de natureza acidentária, cujo valor inicial corresponderá a 91% do salário de benefício.

71. A aposentadoria especial contempla apenas os segurados empregado, empregado doméstico, trabalhador avulso e especial.

72. Márcia é uma pessoa com deficiência desde o nascimento leve e trabalha há 15 anos numa padaria. Pode-se afirmar que Márcia poderá se aposentar por idade ao completar 55 anos de idade.

73. Miguel e André vivem em união homoafetiva e resolveram adotar a criança Teresa de 04 anos de idade. Ambos são segurados do RGPS e terão, cada um, o direito de receber salário-maternidade por 120 dias, ainda que a mãe biológica tenha recebido o mesmo benefício.

74. Para que a companheira tenha direito à pensão por morte do segurado do RGPS é necessário comprovar, no mínimo, 02 anos de união estável até a data anterior ao óbito.

75. Breno é casado com Mariana com quem tem um filho com deficiência mental, Henrique. Breno contribui há 20 anos para o RGPS na condição de segurado contribuinte individual. Caso Breno faleça, terão direito à pensão por morte, Mariana e o filho Henrique. O valor da pensão corresponderá a 100% do valor da aposentadoria por incapacidade permanente a que Breno teria direito na data do seu óbito e será dividido em partes iguais entre os dependentes.

76. Maria e Clóvis são segurados do RGPS e têm um filho de 05 anos, Bruno. Caso Maria e Clóvis faleçam, Bruno terá direito de receber 02 pensões por morte – uma pela morte do pai e outra, pela morte da mãe.

77. Álvaro vive numa casa bastante humilde com sua esposa e seu filho solteiro de 32 anos de idade. A esposa conta com 66 anos de idade e recebe 01 salário-mínimo mensal a título de aposentadoria por incapacidade permanente. Seu filho possui deficiência mental grave, não trabalha e recebe o BPC-LOAS no valor de 01 salário-mínimo.

Como Álvaro chegou aos 65 anos de idade, sem ter qualquer renda e condições para se aposentar, requereu junto ao INSS o benefício assistencial do BPC-LOAS. Teve seu benefício negado por entender o INSS que a renda per capita familiar era superior àquela exigida para a concessão do benefício assistencial.

Diante da situação hipotética apresentada, pode-se afirmar que a decisão do INSS foi equivocada, vez que o benefício no valor de 01 salário-mínimo que a esposa do requerente recebe, bem como o benefício especial concedido ao filho não integram o cálculo da renda familiar mensal per capita. Álvaro terá direito ao BPC-LOAS porque é idoso com 65 anos de idade e a renda per capita familiar mensal é inferior a $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo.

78. Arthur, segurado da previdência social há 06 meses, sofreu um grave acidente de moto e terá que ficar afastado do trabalho por 03 meses. Requerido o benefício de auxílio por incapacidade temporária junto ao INSS, passou pela análise da Perícia Médica Federal, que o considerou plenamente capaz para exercer o seu trabalho.

Com base no laudo conclusivo do perito médico, o INSS indeferiu o benefício e comunicou o segurado da decisão.

Nesse caso, Arthur poderá recorrer da decisão do INSS junto ao Conselho de Recursos da Previdência Social que julgará o recurso, em primeira instância, por meio de uma das Juntas de Recursos.

79. Francisco foi vítima da Síndrome da Talidomida e, em razão da deformidade física, recebe pensão especial e vitalícia. Trabalha em uma empresa há 05 meses e, em razão de um grave acidente, ficou incapacitado para o trabalho e foi considerado insuscetível de recuperação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência.

Diante da situação apresentada, pode-se afirmar que Francisco terá direito de se aposentar por incapacidade permanente, podendo acumular o benefício por incapacidade com a pensão especial da Talidomida.

80. Na hipótese de haver fundados indícios de autoria, coautoria ou participação de dependente, ressalvados os absolutamente incapazes e os imputáveis, em homicídio, ou em tentativa desse crime, cometido contra a pessoa do segurado, será possível a suspensão provisória de sua parte no benefício de pensão por morte, por meio de processo judicial próprio, respeitados os direitos à ampla defesa e ao contraditório, e, na hipótese de absolvição, serão devidas as parcelas corrigidas desde a data da suspensão e a reativação imediata do benefício.

81. O Cras é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.

82. Zeca está aposentado recebendo 01 salário-mínimo mensal. Passou a praticar furtos e roubos e, em razão desses delitos, acabou sendo condenado a 07 anos de reclusão em regime fechado.

Como Zeca é considerado segurado de baixa renda, seus dependentes terão direito de receber auxílio-reclusão cujo valor não poderá exceder 01 salário-mínimo.

83. Catarina é beneficiária da pensão especial das vítimas da hemodiálise de Caruaru/PE.

Empregada doméstica há mais de 10 anos na casa de D. Mariana, Catarina está com dificuldade de locomoção causada por uma fratura na perna e terá que se afastar do trabalho por 2 meses até se recuperar totalmente.

Considerando a situação, pode-se afirmar que Catarina terá direito de receber auxílio por incapacidade temporária e poderá acumular a pensão especial que recebe mensalmente (vítimas da hemodiálise de Caruaru) com o benefício por incapacidade.

84. No mês de junho de 2024, Mário recebeu parcelas de salário, horas extras, vale-alimentação em tíquete, vale-transporte e diárias de viagem. Pode-se dizer que a contribuição de Mário incidirá sobre as parcelas de salário e horas extras. As diárias de viagem somente sofrerão a incidência de contribuição previdenciária se o valor total ultrapassar 50% da remuneração de Mário.

85. Nos termos da Constituição Federal, são contribuições sociais que financiam a seguridade social a contribuição da empresa sobre a receita ou o faturamento, a contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos, a contribuição sobre bens e serviços, nos termos de lei complementar.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Rubens Maurício

86. No que se refere à aplicação da norma previdenciária e da seguridade social, julgue o item a seguir:

Suponha que tenha sido publicada uma lei prevendo aumento da contribuição, para arcar com o custeio de benefícios previdenciários. Nesse caso, a previdência pode exigir o imediato pagamento da respectiva contribuição com a alíquota majorada.

87. No tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do RGPS, julgue o item abaixo:

A renda mensal da aposentadoria por tempo de contribuição devida ao segurado com deficiência será de setenta por cento do salário de benefício, acrescido de um ponto percentual por grupo de doze contribuições mensais até o máximo de trinta por cento.

88. No tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do RGPS, julgue o seguinte item:

É assegurada a concessão de aposentadoria pelo RGPS ao segurado com deficiência aos 29 anos de tempo de contribuição, se homem, e aos 24 anos de tempo de contribuição, se mulher, no caso de segurado com deficiência moderada que tenha cumprido os demais requisitos previstos na legislação.

89. No tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do RGPS julgue item abaixo:

É garantida a concessão de aposentadoria pelo RGPS à segurada com deficiência com 55 anos de idade, desde que cumprido tempo mínimo de contribuição de 20 anos e comprovada deficiência durante igual período.

90. Abelardo, que contribui para o RGPS na condição de empregado doméstico há 16 anos ininterruptos, recentemente completou 65 anos de idade. Nessa situação, Abelardo tem direito de se aposentar, cujo valor do benefício será equivalente a 100% do seu salário de benefício.

91. O contribuinte individual que não prestam serviços a empresas ou equiparadas e os segurados facultativos devem recolher as contribuições à previdência social por iniciativa própria.

92. A assistência social é a política social que provê o atendimento das necessidades básicas, traduzidas em proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e à pessoa portadora de deficiência, independentemente de contribuição à seguridade social, e deve ser organizada de forma descentralizada.

93. A contribuição empresarial destinada à seguridade social de associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional corresponde a 5% da receita bruta decorrente dos espetáculos desportivos de que participe em todo território nacional, em qualquer modalidade desportiva, inclusive jogos internacionais, e no mesmo percentual sobre a receita de qualquer forma de patrocínio, licenciamento de uso de marcas e símbolos, publicidade, propaganda e de transmissão de espetáculos desportivos.

- 94.** Os benefícios e serviços prestados pela seguridade social são exclusivos daqueles que contribuem, pois seu caráter é contributivo e de filiação obrigatória.
- 95.** Albert, alemão com 72 anos de idade, residente no Brasil, é comprovadamente incapaz de prover a própria subsistência e não tem familiar que possa provê-la. Nessa situação, apesar de ser estrangeiro, Albert poderá se beneficiar da assistência social prevista na Constituição Federal, uma vez atendidos os requisitos constitucionais e legais.
- 96.** No que diz respeito ao benefício de prestação continuada da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, terão direito a tal benefício a pessoa com deficiência e a pessoa idosa com renda familiar mensal per capita igual ou inferior a um salário-mínimo.
- 97.** Compete à Receita Federal do Brasil planejar, executar, acompanhar e avaliar as atividades relativas à tributação, à fiscalização, à arrecadação, à cobrança e ao recolhimento das contribuições previdenciárias.
- 98.** Com relação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, considera-se empresa, para fins previdenciários, a sociedade que assume ou não risco de atividade econômica urbana ou rural, desde que com fins lucrativos, a ela equiparando-se a cooperativa de trabalho e de produção.
- 99.** Em relação ao salário de contribuição, quando a remuneração do contribuinte individual, em determinado mês, não alcançar o salário-mínimo, ele poderá complementar a sua contribuição visando o cômputo da competência desse mês como tempo de contribuição.
- 100.** Com relação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, são considerados contribuintes individuais o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa, bem como o trabalhador intermitente.
- 101.** Suponha-se que, para complementar a renda familiar, Adelaide, servidora pública federal, exerça eventualmente, nas horas vagas, atividade como professora particular de inglês. Nessa situação hipotética, na condição de professora, Adelaide é considerada segurada facultativa do RGPS.
- 102.** A empresa Alfa descontou a contribuição previdenciária devida pelos trabalhadores e não a repassou à previdência social. A empresa Beta declarou corretamente, mas deixou de recolher as contribuições previdenciárias devidas, por estar passando por dificuldades financeiras.
- Nas situações acima, podemos afirmar que a empresa Alfa cometeu crime de apropriação indébita previdenciária e a empresa Beta cometeu crime de sonegação de contribuição previdenciária.
- 103.** Quanto aos dependentes do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, julgue o item a seguir.
- É beneficiário do RGPS, na condição de dependente do segurado, o filho não emancipado, de qualquer condição, que tenha 21 anos, 8 meses e 12 dias de idade, independentemente de qualquer invalidez ou deficiência.
- 104.** Acerca do conceito previdenciário dos segurados do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, podemos afirmar que empregado doméstico é aquele que presta serviço de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividade sem fins lucrativos, por até dois dias por semana.

105. Suponha que um advogado tenha contratado um indivíduo para exercer funções tipicamente domésticas em seu escritório de advocacia, limpando diariamente o local, lavando louça, fazendo café e tirando pó dos móveis. Nesse caso hipotético, para efeito previdenciário, o referido contratante não é considerado empregador doméstico.

106. Com relação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, julgue o item subsequente:

A filiação de um segurado obrigatório à previdência social se concretiza após sua inscrição e respectivo pagamento, sem atraso, da primeira contribuição previdenciária desse segurado.

107. Nos termos da CF/88, a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber incentivos fiscais ou benefícios creditícios.

108. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e, dentre outras, das contribuições sociais do empregador incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.

109. No que se refere à filiação e à inscrição no Regime Geral de Previdência Social - RGPS, julgue o item subsequente:

Suponha que um estudante de 14 anos de idade pretenda se inscrever no RGPS na condição de segurado facultativo. Nessa situação, a inscrição será possível, uma vez que a inscrição no RGPS é permitida a partir dessa idade.

110. Em relação a interpretação e integração da legislação previdenciária, julgue o item a seguir:

No caso de ausência de norma expressa e específica para o caso concreto a ser analisado, deve-se preencher as lacunas da lei por meio de técnicas de interpretação previstas na legislação previdenciária.

111. Nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, podemos afirmar que a proteção social especial é um conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

112. A respeito da manutenção da qualidade de segurado, julgue o item a seguir:

Situação hipotética: Ariovaldo contribuiu para o RGPS pelo período de três anos e dois meses, quando então ficou incapacitado para o trabalho e entrou em gozo do benefício de auxílio por incapacidade temporária. Permaneceu afastado e recebendo o mencionado benefícios por quatro anos e seis meses. Assertiva: Nessa situação, devido ao tempo que ficou sem contribuir para o INSS em decorrência do benefício, Ariovaldo perdeu a sua qualidade de segurado, mas poderá recuperá-la após seis contribuições mensais ininterruptas após a nova filiação.

113. A respeito da manutenção da qualidade de segurado, julgue o item a seguir:

O segurado facultativo mantém sua qualidade de segurado por, no máximo, doze meses após a cessação das contribuições.

114. A Constituição Federal de 1967 acrescentou a doença e o desemprego como riscos sociais a se proteger pela Previdência Social, sendo a primeira Constituição a prever o seguro-desemprego.

- 115.** Não faz jus à pensão por morte o pretenso beneficiário que tenha sido condenado criminalmente, por sentença transitada em julgado, pela prática de crime que tenha culposamente causado a morte do segurado.
- 116.** A respeito do financiamento da seguridade social, podemos afirmar que o contribuinte individual que trabalhe por conta própria como cabeleireiro e o segurado facultativo podem optar pelo plano simplificado de inclusão previdenciária, recolhendo suas contribuições previdenciárias com alíquota de 11% incidente sobre o limite mínimo do salário de contribuição.
- 117.** A respeito do financiamento da seguridade social, podemos afirmar que o contribuinte individual que trabalhe por conta própria e o segurado facultativo devem recolher a contribuição relativa a determinado mês, por iniciativa própria, até o dia 15 do mês subsequente àquele a que se refira a contribuição, existindo previsão legal para recolhimento trimestral em determinadas circunstâncias previstas na legislação.
- 118.** A respeito das inovações trazidas pela Emenda Constitucional nº 103/2019, podemos afirmar que passou a ser vedada a instituição de novos regimes próprios de previdência social pelos entes federativos.
- 119.** A respeito do financiamento da seguridade social, podemos afirmar que a parcela recebida a título de vale-transporte e de auxílio-alimentação, pagos em dinheiro, deverão integrar o salário de contribuição, nos termos da legislação.
- 120.** O princípio da seguridade social que estabelece que a contribuição social para o custeio do regime geral de previdência social deve ser proporcional à condição financeira dos seus contribuintes denomina-se princípio da uniformidade e da equivalência.
-

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>